

CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Juliana Teixeira Gonçalves

Bacharel em Ciências Socioambientais (UFMG) e Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais.

Resumo

A atividade de recuperação de materiais advindos do lixo urbano para sua reinserção na cadeia produtiva da reciclagem se apresenta de duas formas dentro da economia. A primeira é um sistema organizado, com reconhecimento social e atuação política; a outra é formada por um sistema de relações de trabalho e produções informais. A discussão traz elementos importantes no processo de superação do modelo dual de concepção de políticas públicas de inclusão de catadores. A partir da teoria dos dois circuitos de Santos (1979) conclui-se que os dois subsistemas necessitam de operar modelos cooperativos para superar a competição pelo lixo.

Palavras chave: Catadores, Reciclagem, Economia Urbana

Área Temática: 4. Políticas Públicas e Planejamento Urbano

Introdução

No processo de reciclagem, em especial nos centros urbanos, existem trabalhadores que, em função das atividades realizadas, são chamados de “catadores”. Uma categoria profissional que mesmo sendo realizada há bastante tempo passou a ser reconhecida oficialmente apenas no início do século XXI. Como trabalhadores urbanos, os catadores e catadoras sustentam a base da cadeia produtiva da reciclagem no Brasil e, com o passar dos anos se consolidaram como movimento social e alcançaram acesso a direitos e reconhecimento.

A atividade de recuperação de materiais advindos do lixo urbano e sua reinserção na cadeia produtiva da reciclagem se apresentam, atualmente, de duas formas dentro da economia. A primeira é um sistema organizado, com reconhecimento social e atuação na esfera política; a outra é formada por um sistema de relações de trabalho e produções informais, marginalizadas. O objetivo desse artigo, então, é a partir do circuito inferior da economia urbana dos catadores destacar elementos importantes no processo de superação do modelo dual de concepção de políticas públicas de inclusão de catadores.

A partir da década de 1990, o termo “inclusão de catadores” surge de forma enfática na elaboração políticas públicas de gestão de resíduos sólidos e nas discussões sobre desenvolvimento social a partir da reciclagem (JACOBI & TEIXEIRA, 1996; DIAS & MATOS, 2008; PINHEL, 2013; dentre outros). Contudo, tais estudos se limitam a considerar a inclusão através de associações e cooperativas como um meio para alcançar melhores condições de trabalho e reconhecimento de catadores e pouco se discute sobre os galpões de triagem terem se configurado como caminho único e a rua como um modelo arcaico de produção que deveria ser superado. .

O Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) estima que cerca de 90% dos catadores brasileiros atuam informalmente nas ruas, sendo que, em muitos municípios a atividade é realizada em lixões. Existem limitações na contagem real da quantidade de catadores, sendo um desafio grande para o movimento e setores que atuam nesse cenário mensurar a quantidade real de trabalhadores hoje no país.

No contexto brasileiro, para fazer parte de um sistema apoiado pelo poder público, os catadores precisam se organizar coletivamente em organizações produtivas. Essa estratégia de organização do trabalho na formação de cooperativas e associações dialoga

com a demanda de negociação com poder público e reconhecimento social, além de construção da identidade coletiva e mobilização política. E, podemos dizer que é a estratégia que mais deu resultados para os catadores desde a formação das primeiras associações e cooperativas, embora tenha algumas limitações que precisam ser analisadas criticamente para potencializar a capacidade de melhoria das condições e reconhecimento de catadores universalmente.

Uma dessas limitações da estratégia colocada é a proposta de um caminho único direcionando os catadores para galpões de triagem em um movimento de retirada da rua. Esse movimento cria, assim, duas dimensões (ou circuitos) distintas dentro da atividade urbana de catação de recicláveis que possuem interações positivas e negativas, porém a disputa e concorrência são as mais visíveis hoje. A pergunta que orientando a discussão é *como construir políticas públicas para reciclagem com inclusão de catadores considerando a cooperação entre os dois circuitos?*

Para desenvolver o argumento, o texto está organizado em três partes. Inicialmente é feita uma contextualização geral dos catadores de materiais recicláveis, especialmente dos catadores de rua e como se construíram, historicamente as políticas públicas voltadas a tais sujeitos a partir de estudos em Belo Horizonte (Item 1). Apoiamos na Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana de Milton Santos (1979), para discutir os dois subsistemas do trabalho dos catadores na economia urbana e sua interação (Item 2). A conclusão que chegamos é a necessidade de incentivar a cooperação positiva de maneira articulada, caso contrário, a disputa e concorrência vai continuar gerando o aumento da exclusão e opressão de trabalhadores urbanos mais vulneráveis (Item 3).

1. Catadores de Materiais Recicláveis: definição, contexto e políticas públicas

Não é raro percorrer ruas das grandes cidades e encontrar pessoas com sacos plásticos repletos de latinhas e/ou puxando carrinhos de madeira com papelão, plásticos e “sucata”. Esses trabalhadores, que se integram à paisagem urbana no decorrer dos anos, unem nas mãos, o objeto de trabalho (lixo) a melhores possibilidades de renda e oportunidade no mercado demasiado competitivo.

A atividade realizada pelo “Catador de material reciclável” se torna uma prática visível nos bancos de dados públicos. A partir de 2002 com a inclusão do registro no Cadastro Brasileiro de Ocupações (CRIVELLARI et al., 2008) sob o número 519.205, a função

de catador foi caracterizada pela ação de catar, selecionar e vender materiais recicláveis. No entanto, para que os catadores sejam vistos nas plataformas de dados¹ eles precisam se autodenominar dessa forma. Na prática, a pessoa realiza as atividades referentes à ocupação, mas nem sempre considera essa ocupação como parte de sua identidade profissional. Catar material reciclável se compara a um “bico” ou alguma função fora dos padrões de trabalho socialmente aceitos, causando vergonha ou constrangimento na ação.

Dessa maneira, os bancos de dados que utiliza da “autodenominação” como metodologia de coleta de informações vão identificar apenas o universo de pessoas, que já possuem identidade profissional ou que supostamente não teriam “vergonha” dessa autodenominação.

O resultado são bancos de dados bastante imprecisos tanto sobre os catadores, quanto sobre a capacidade de escoamento da produção para movimentação da cadeia produtiva da reciclagem. Até o momento, não há regulação urbana que consiga monitorar o fluxo comercializado fora do ambiente das cooperativas e, até dentro do sistema de gestão de resíduos e da coleta seletiva, os dados são imprecisos. Em Belo Horizonte, por exemplo, a taxa calculada de geração de resíduo é por quantidade coletada e se existe algum “desvio”², ele não é contabilizado.

Os que temos sobre catadores, afinal, são dados parciais e ainda sim, com suas limitações, conseguem fazer emergir questões abrangentes e que demonstram a heterogeneidade desse universo.

A dificuldade de se ter um número exato de catadores nessas pesquisas se dá por diferentes limitações, mas podemos destacar duas principais: o problema da identificação e a localização da entrevista (SILVA et al., 2013). As entrevistas são realizadas por domicílio e não contemplam dados de moradores de rua. Outro problema é que os catadores nem sempre se autodenominam assim, alguns optam por informar “trabalho autônomo” ou informam outra atividade que realizam que sofre menos

¹ Como podemos ver nos estudos de Crivellari et al (2008) em que a partir do número da CBO, os catadores “aparecem” nos bancos de dados públicos e possibilita análise direcionada à políticas públicas, embora pouco utilizado.

² O desvio acontece quando o resíduo gerado vai direto para comercialização sem passar pelo sistema de coleta da prefeitura, quando catadores coletam os materiais antes da coleta formal ou quando os próprios moradores ou comerciantes separam seus resíduos para serem comercializados.

estigmatização social, o que causa essa invisibilidade e a consequente, subnotificação da atividade nesses bancos de dados. Definir o universo quantitativo de uma população de trabalhadores extremamente dinâmica também é uma limitação considerável, alguns são catadores por tempo determinado e outros articulam com um outro emprego fixo, por exemplo.

O fato da atividade de recuperação de materiais ser base para o funcionamento de todo um sistema produtivo é um dos pontos de partida que orientará a discussão central da presente discussão. Mas não se pode mais entender os catadores de materiais recicláveis como um todo homogêneo.

Diversos autores como Viana (1992) e Freitas (2005) já revelaram a heterogeneidade dessa população de rua, que realiza a atividade de catação. Essa variabilidade reflete na dificuldade de consolidação de termos que consigam descrever ou categorizar essa população.

Em relação aos catadores que não fazem parte de organizações (cooperativas e associações), não há consenso na literatura quanto à escolha de um termo que os defina. Há uma diferenciação bastante ampla quanto aos nomes utilizados: “catadores não-organizados” (SILVA, 2015; BORTOLI, 2012 e GODOY, 2009); “catadores individuais” (BORGES et al., 2015); “catadores autônomos” (SOUZA et al., 2012); “catadores avulsos” (RIBEIRO&BESEN, 2007; RUTKOWSKI et al., 2013), “catadores independentes” (SOUZA, 2012 e ZANETI, 2003) e “catadores informais” (SCHENINI, P. C. et al., 2006). A denominação mais recorrente é “catadores avulsos”, utilizado recentemente por algumas prefeituras na elaboração dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos, como no caso de Belo Horizonte (PMGIRS-BH, 2016).

Essa instabilidade terminológica indica uma diversidade de características que já transparecem nos significados sugeridos por cada adjetivação (“individual”, “avulso”, “autônomo”, “independente” e “informal”), nenhuma delas tem conseguindo apreender a diversidade dos catadores, embora ressaltem algumas características com certa pertinência.³

³ Isso fica mais complexo quando se transfere a discussão para um nível internacional. O termo *waste pickers* (em inglês) não contempla toda essa diversidade inerente ao trabalho de catadores, dificultando mais ainda a transferência para outros idiomas e comparação entre contextos entre países.

Termos diferentes para lidar com os mesmos sujeitos demonstram a necessidade de entendimento mais aprofundado para analisar a diversidade, sendo extremamente difícil encontrar nova palavra para resumir ou até mesmo definir. Para superar essa dificuldade de identificação de um termo adequado, e sem pretensão de criar termos novos, propomos o termo “Catadores de rua”, termo definido a partir do que os próprios catadores se autodenominam e fazem referência. Os Catadores de rua são, então, as pessoas que realizam a atividade de coleta nas ruas da cidade. O termo “catadores de rua” abrange tanto os indivíduos que separam e vendem os materiais recicláveis, quanto os que aparam a coleta em ferros-velhos, mais raramente há aqueles que recorrem às associações e cooperativas de catadores para selecionar e comercializar.

Existem os que realizam o trabalho de maneira informal, sem vínculo direto com organizações de catadores ou sistemas formais de coleta seletiva. Entretanto, há catadores de rua que tem relações com associações ou cooperativas realizando a comercialização conjunta, esses catadores não serão o foco inicial da pesquisa, mas serão considerados ao final quando forem propostas estratégias de ação mais adequadas a suas formas de vida. O catador de rua então seria classificado pela ação de coletar material nas ruas da cidade e, a diferença entre eles tangeria apenas no destino da comercialização, ou seja, alguns vão comercializar com depósitos privados e outros vão comercializar junto com uma associação ou cooperativa.

1.1 Catadores em Belo Horizonte: um resgate histórico

Segundo Dias (2002) há registros históricos de atividade de catação na cidade de Belo Horizonte desde o final da década de 1930. Fazendo parte da população de rua, os catadores se destacam “por terem a catação de recicláveis como uma atividade regular, com uma territorialização e uma rotina de trabalho bastante definida” (DIAS, 2002). Em 1990, surge a ASMARE (Associação de Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis), segunda organização de catadores formalizada no país (DIAS, 2002; NEVES & FREITAS, 2008 e JACOBI & TEIXEIRA, 1996). A organização e mobilização para criação da Asmare teve início em 1987, como forma de enfrentamento dos conflitos de longa duração com o poder público. Antes desse movimento de organização e mobilização, a ação dos catadores nas ruas era uma atividade

criminalizada pelos órgãos municipais, com ocorrências de apreensão de materiais, carrinhos e demais equipamentos de trabalho (FREITAS, 2005).

Juntamente com o movimento em prol da organização dos catadores da Asmare, o poder público municipal passa a reconhecer os catadores como atores sociais integrados ao sistema de gestão de resíduos. Esse reconhecimento se deu através da formatação da Lei Orgânica de 21 de março de 1990. O documento elucida um novo projeto de gestão de resíduos sólidos urbanos naquela época: a coleta seletiva que prioriza o acesso dos catadores aos materiais recicláveis.

Com isso, em 1993, o Poder Público Municipal firma um convênio com a Asmare e a incorpora como parceira prioritária na coleta seletiva (DIAS, 2002). Mais tarde esse modelo receberia o nome de “coleta seletiva solidária”.

O surgimento de outras organizações de catadores no município começou oito anos depois, após a implantação da coleta seletiva pela PBH em parceria com a Asmare, já em outro contexto. Algumas organizações se formaram através de grupos de geração de renda, grupos de moradia e trabalho e outros grupos que não necessariamente haviam tido experiência anterior com a atividade de catação. Muitos catadores egressos da rua não se adaptaram nos galpões de triagem e voltaram para sua atividade anterior, outros conseguiram fazer parte da organização mesmo com problemas de relacionamento e tendo que se adaptar às regras internas.

O programa de coleta seletiva em Belo Horizonte, em parceria com as organizações de catadores sofreu adaptações com a incorporação das outras organizações criadas dentro do município. As sete organizações de catadores que operam em nove galpões de triagem espalhados pelo território municipal, se tornaram a base para sustentação do programa de coleta seletiva.

Entre os anos 2000 e 2015 a Prefeitura Municipal através da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), operava a coleta seletiva a partir de contratação de empresas privadas. Essas empresas realizavam, então, a coleta dos materiais recicláveis em alguns bairros⁴ para destinar aos galpões das cooperativas e associações de catadores. Nos galpões de triagem há o recebimento desses materiais onde os catadores realizam os

⁴ Atualmente Belo Horizonte conta com atendimento de coleta seletiva porta a porta em 32 bairros atendendo 15% da população.

processos de triagem, prensagem e comercialização⁵. Em 2015, o poder público municipal iniciou um projeto piloto de contratação de uma das organizações de catadores para realização da coleta e mobilização dos moradores em uma determinada região da cidade e, em 2017 municipalizou todo o sistema de coleta seletiva.

1.2. Situação atual do sistema de gestão de resíduos e os catadores na cidade de Belo Horizonte

Os resíduos são gerados por pessoas em suas diversas atividades de consumo e, são atores sociais que financiam o sistema de gestão dos resíduos com o pagamento de taxas anuais. Em Belo Horizonte é possível distinguir três serviços importantes para se considerar na discussão sobre reciclagem no município.

No primeiro, denominado *coleta convencional*, que atende a 95% da população de Belo Horizonte, alguns desses geradores (domicílios e comércio) depositam seus resíduos misturados nas ruas para serem coletados e encaminhados para o aterro sanitário. O segundo é a coleta seletiva formada por dois modelos, um porta a porta e outro ponto a ponto. No primeiro, as pessoas precisam separar os materiais previamente e destinarem aos pontos de coleta, já o segundo, as pessoas devem deixar os materiais recicláveis na rua de casa para coleta porta-a-porta.

Um terceiro serviço de coleta, comumente realizado pelas cooperativas ou associações é a coleta em grandes geradores. Essa coleta pode ser realizada via contrato de coleta não, como no caso da coleta em órgãos públicos, que é realizada através de edital de habilitação previsto pelo Decreto N° 5.940/2006⁶, por exemplo.

Os catadores de rua, então, atuam nas brechas de cada sistema de coleta. Na coleta convencional realizam a subtração dos materiais recicláveis do lixo comum que iria para o aterro sanitário - essa é a prática mais comum haja vista que, o serviço é universal em toda a cidade. Na coleta seletiva, alguns catadores de rua também realizam coleta de alguns materiais, tanto nos pontos de coleta quanto nas ruas. Na coleta em grandes

⁵ Parte dos catadores que está vinculada à Asmare realizam coleta em grandes geradores e nas ruas da cidade e parte atua em um galpão de triagem. São dois modelos de trabalho bem diferentes, o primeiro mantendo algumas características dos catadores de rua e o segundo se adequando ao modelo de galpão de triagem.

⁶ O decreto delibera que a implantação da coleta seletiva solidária em órgãos públicos seja de caráter obrigatório. Com isso, prevê que todo órgão público federal é obrigado a implantar a coleta seletiva com destinação para cooperativas e associações de catadores através de edital de habilitação. A lei estadual nº 13.766/2000 tem caráter similar e prevê os mesmos critérios.

geradores, há uma relação estabelecida entre alguns geradores (geralmente comerciantes) e catadores.

É importante entender, que as duas formas de recuperar os materiais recicláveis no meio urbano formam um elo importante na cadeia produtiva da reciclagem e, embora sejam analisados como uma coisa só podem ser diferenciados por algumas categorias de análise que veremos a seguir.

2. Catadores, economia urbana e os dois circuitos

A atividade de catar materiais recicláveis compõe um sistema produtivo dentro da economia urbana e pode ser analisado com ajuda da teoria dos dois circuitos de Milton Santos (1976). Na década de 1970, Santos propôs essa análise no contexto de políticas liberais e, sua elaboração veio em prol de planos de crescimento baseados nos modelos dos países industrializados. A economia informal e/ou economia familiar (todas as formas marginais dentro da economia urbana) eram vistas como meras anomalias, dessa maneira, precisavam ser resolvidas. Santos, então propõe considerar os dois circuitos, sem análise dualista, como duas partes integrantes de um todo.

De modo análogo, propomos que a atividade dos catadores no contexto urbano, não seja mais analisada como um todo homogêneo e os catadores de rua como meras anomalias no sistema dentro de uma dicotomia formal-informal. Os dois atores formam dois subsistemas que compõe o mesmo sistema urbano, no caso, o sistema produtivo da reciclagem, como um dos elos do sistema global da economia urbana.

Não há dualismo nessa análise, Santos (1979) afirma que os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados. Há uma significativa interação entre os dois. A teoria nos ajuda até certo ponto, pois Santos utiliza o modelo dos dois circuitos para analisar setores econômicos mais robustos e o conjunto do espaço urbano. De qualquer maneira, sua teoria serve para o entendimento de complementaridade dos sistemas de configurações dos catadores e rompimento da dualidade formal-informal, que existe hoje na discussão sobre catadores de rua no contexto da reciclagem inclusiva.

Santos (1979) denomina os dois circuitos como inferior e superior e esses termos podem levar a uma interpretação equivocada desse modelo. Não é aplicada a noção de hierarquia ou fases de uma evolução, precisamente o que procuramos evitar aqui. Sob

essa ótica, a análise do circuito superior de Santos servirá para caracterizar o subsistema dos catadores organizados enquanto as análises sobre o circuito inferior servirá para o subsistema dos catadores de rua.

2.1. Os catadores organizados como um subsistema

Os catadores organizados em cooperativas e associações vão compor um circuito econômico, mas a definição não é rígida. Observam-se situações em que as pessoas vão atuar fora do circuito a que estão mais ligadas, ainda que seja apenas parcialmente ou de forma ocasional.

A primeira característica desse subsistema é o fato da organização necessitar de assumir feições burocráticas. Essas características formais, no caso dos catadores, respondem à necessidade de cadastro dos associados com descrição de endereço, identidade, CPF (Cadastro de Pessoa Física), além de realização de assembleias, atas, ofícios e registro em cartórios. Esse formato contribui com os critérios formais para acesso a financiamento governamental e aporte tecnológico. Sem formalização jurídica, o acesso a convênios e demais financiamentos não seriam possíveis. A ajuda governamental se materializou durante muitos anos em convênios⁷, para implantação de coleta seletiva, cessão de galpões e demais insumos ou mesmo financiamento para equipamentos.

Opera com volumes significativos de materiais recicláveis, tem acesso ao crédito (existem recursos do BNDES e microcrédito para investimentos em equipamentos, nem sempre de fácil acesso, mas com foco para esse tipo de organização) e a acumulação (estoque) é necessária.

Quanto aos valores praticados na comercialização dos materiais recicláveis, o preço dentro da cadeia produtiva é regido por quatro leis de mercado. A primeira lei é relacionada à quantidade, ou seja, grandes volumes tendem a ter maiores preços. A segunda lei diz respeito à qualidade dos materiais; os materiais precisam ser separados por cor, tipo, densidade, além disso, precisam ser prensados e enfardados para terem determinado preço. A terceira que relaciona a frequência de comercialização, ou seja, a indústria e/ou os compradores que oferecem melhores preços dão preferência a fornecedores que tem continuidade na entrega, sem interrupções. E finalmente, a quarta

⁷ Atualmente é mais recorrente a contração das cooperativas para prestação de serviço para coleta seletiva

que tende a influenciar o preço dos materiais, segundo a autora é a forma de pagamento. As indústrias geralmente pagam num prazo que vai de 30 a 90 dias e esse prazo não condiz com a demanda de renda dos catadores. Se os catadores (tantos os organizados quanto os “de rua”) não alcançam tais critérios de mercado, ficam dependentes da venda a elos intermediários na cadeia produtiva, que conseqüentemente, pagam menos (GONÇALVES, 2003).

No caso dos catadores organizados, o acesso a equipamentos e capacidade de estocagem são critérios que permitem alcance de melhores preços. Isso acontece porque os catadores que estão atuando nesse nível estocam material para comercializar grandes volumes, obtendo economias de escala; alguns possuem equipamentos como prensas e balanças e, com isso, conseguem qualidade devido à divisão social do trabalho que é desenvolvida nos galpões de triagem.

Essa hierarquização reflete no modelo de organização de catadores em que os cooperados realizam diversas atividades (triadores, prensistas, balanceiros, administrativos, motoristas), tarefas que contribuem para aumentar a eficiência do processo produtivo e da mão de obra.

Ao mesmo tempo em que o circuito onde os catadores organizados atuam desenvolve uma parte do setor produtivo, os catadores de rua atuam nas lacunas contribuindo para alcance de aumento da reciclagem.

Outro elemento característico desse subsistema é o distanciamento da população. Os catadores organizados possuem um alto grau de dependência de propaganda, mobilização e educação ambiental. Isso se dá pelo afastamento da população e uma relação muitas vezes impessoal com os usuários do serviço. O galpão de triagem onde a cooperativa opera, se distancia bastante dos centros e, são alocados, na maioria dos casos, em regiões periféricas. Não é uma escolha dos catadores e sim do poder público, pois os galpões de triagem, em sua maioria absoluta são equipamentos projetados e concebidos dentro da prefeitura municipal. Essa relação com os a população tende, então a ser distante e formal, em alguns momentos, realizados por terceiros, como no caso da mobilização a cargo de técnicos da prefeitura e não feita pelos próprios catadores. Esse distanciamento da população remete uma discussão de direto à cidade. Se o que se quer é retirar os catadores das ruas e alocá-los em galpões de triagem distantes dos centros urbanos que se faça pensando como promover a atuação desses

catadores na cidade junto das pessoas que ali habitam. Entretanto, ao “irem para as ruas”, os catadores organizados se direcionarão a um subsistema de catadores já existente ali: os catadores de rua.

2.2. Os catadores de rua como outro subsistema

Os catadores de rua fazem parte de um elo importante na cadeia produtiva. Atuam no chamado mercado informal embora também se articulem em outros circuitos econômicos. Seu modelo de organização é básico, simples, nada burocrático e muitas vezes familiar. Usam menos capital para operar, embora consigam desenvolver quanto maior for acumulação. Esse subsistema possui um uso de trabalho intensivo, com preços baixos e que variam constantemente, devido à falta de condições no atendimento as leis de mercado. O estoque de materiais para aumento do volume a ser comercializado favorece um alcance maior nos preços, mas não é realizado de forma abrangente e em uma escala reduzida. O estoque depende de algumas variáveis como moradia e transporte. Estocar grandes volumes demanda espaço e transportar grandes volumes exige transporte robusto ou pagamento de frete, porém é sempre em uma escala reduzida comparada ao subsistema organizado. Não possuem acesso ao crédito formal e as transações são realizadas através de dinheiro, mas também, é recorrente a aplicação de troca de serviços ou bens de consumo como pagamento.

Freitas (2005) demonstra nos estudos das histórias de vida de catadores que comercializavam com depósitos ou ferros-velhos antes de ingressarem na Asmare, que ambos recebiam comida e muitas vezes, bebidas alcoólicas como forma de pagamento. Não existe ajuda do governo para desenvolver ou melhorar seu trabalho e em muitos casos, são perseguidos ou sua atividade é criminalizada. A propaganda é feita no contato pessoal com as pessoas que geram os resíduos, no entanto, também se beneficiam da publicidade dos catadores organizados (principalmente no quesito reconhecimento pelo serviço de coleta e reciclagem nas ruas). As atividades realizadas nesse circuito são mais integradas localmente devido à presença no cotidiano da rua, na formação da identidade pública desse trabalhador, muitas vezes formando uma rede de respeito e confiança mútua junto aos moradores. Quando há essa aproximação direta com a população, a confiança se torna um recurso imaterial desenvolvido ali no território e a aproximação do outro subsistema de catadores traz conflitos nessa interação.

2.3. A interação entre subsistemas: competição pelos restos?

O modelo de coleta seletiva vigente no município até então se mostrou tolerante com os catadores de rua, que atuam fora dos galpões de triagem. Há um decreto vigente no município (Decreto nº 13.378/2008), que regulamenta a coleta de recicláveis, nele a atividade do catador nas ruas é considerada como atividade complementar à coleta dos recicláveis (ou coleta seletiva), e é compulsório o cadastro de todos os trabalhadores e padronização de carrinhos de coleta.

O documento ressalta que o executivo se compromete a permitir a catação nas regiões de coleta seletiva formal desde que não haja “espalhamento de materiais em vias públicas”. Esse decreto é o único documento formal da prefeitura que explicita uma visão da coleta seletiva informal realizada pelos catadores de rua como atividade complementar. Apesar desse reconhecimento formal, essa discussão não está presente no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS-BH). Um dos conflitos existentes é ressaltado por lideranças de associações e cooperativas na competição pelos materiais recicláveis devido à ação dos catadores de rua nas (poucas) regiões da cidade onde existe o serviço de coleta seletiva formal. Essa visão é também compartilhada por técnicos da Superintendência de Limpeza Urbana que sugerem coibir a coleta informal.

Não foi constituída uma comissão intersetorial da Prefeitura, que deveria deliberar sobre o assunto, conforme prevê o decreto. Na realidade, a convivência ainda não foi resolvida. Ao mesmo tempo em que existe uma formalização através de um decreto municipal que deveria orientar a formulação dos programas de gestão de resíduos e da coleta seletiva propriamente dita, o que se vê, na prática, são situações conflitantes.

Os Locais de Entrega Voluntária (LEV's) são um exemplo prático de conflito por acesso ao material reciclável. Os LEV's são equipamentos destinados a ações espontâneas da população que encaminha seus recicláveis para descarte seletivo. Além de problemas de projeto (os equipamentos são fechados, muitas vezes trancados, sem manutenção adequada e não comportam o volume destinado), os LEV's são frequentemente visitados por catadores que rua que retiram ali materiais para comercialização.

Para o poder público, a ação destas pessoas nos LEVs é criminalizada e caracterizada como vandalismo. Já para os catadores organizados, essa prática é vista como “roubo”, logo, a ação causa impacto financeiro negativo para as cooperativas e associações.

De qualquer forma existe muita disputa. Tanto entre os próprios catadores de rua, quanto entre estes e os catadores organizados. Souza (2016) aponta que a disputa por materiais recicláveis cria uma atmosfera relacionada com a condição geral de insegurança e precariedade do trabalho e ainda contextualiza dizendo que:

A desigualdade no Brasil é tão impressionante que aqui a gente tem muito miserável para pouco lixo, apesar da enorme quantidade de dejetos produzida. Isso faz com que o país seja o número um em reciclagem de latas de alumínio e um dos países que mais reciclam em geral (95% das latas de alumínio são recicladas no Brasil) (SOUZA, 2016, p. 306).

O conflito que emerge da disputa por material entre catadores organizados e os catadores de rua acontece de forma recorrente e, potencializa quando há redução na geração de resíduos em decorrência da diminuição de consumo pela crise socioeconômica. Nesse cenário emerge um paradoxo na atuação política de alguns catadores.

Em uma pesquisa com catadores de Porto Alegre, Silva & Michelotti (2009) ressaltam que a luta por reconhecimento revela certa ambiguidade devido à orientação, ações e estratégias de reconhecimento por distinção em um cenário do qual é preciso distinguir-se para ser socialmente reconhecido e valorizado. Essa ambiguidade é marcada por:

(...) de um lado, a busca universalista do reconhecimento da dignidade e dos direitos de um segmento social submetido a condições extremas de carência e estigmatização; de outro, um esforço para distinguir-se de outros que se situam na mesma posição de subalternidade, estabelecendo uma intensa competição pelo acesso a determinados bens materiais e simbólicos escassos (SILVA&MICHELOTTI, p. 469, 2009).

As lutas por reconhecimento, neste caso, revelam a ambiguidade, contudo é importante destacar o caráter não intencional, pois há um objetivo prático deste conflito por distinção. Os discursos dos atores são incorporados e ressignificados por duas formas de distinção. Essa segmentação estaria relacionada às diferentes características dos grupos

e aos valores distintos, separando catadores “organizados” e “não organizados” (SILVA & MICHELOTTI, 2009).

Essa distinção é destacada tanto na literatura (JACOBI & TEIXEIRA, 1996; DIAS, 2002; BURGOS, 2008; VANY & NEVES, 2008 e PINHEL, 2013), quanto nos discursos de representantes do poder público e do movimento dos catadores. No caso do poder público, os discursos são incorporados por uma exigência burocrática de organização coletiva, entendendo o trabalhador como operador de um sistema e não como indivíduos singulares. Enquanto o Movimento Nacional dos Catadores considera a organização em cooperativas como via primordial para o reconhecimento do trabalho e base para organização política e empoderamento desses trabalhadores, porém poucos são os que efetivamente se integram a esse processo de organização⁸.

Essa distinção reflete e ao mesmo tempo reproduz barreiras e classificações institucionais. O catador individual que trabalha na rua não poderia fazer parte de um sistema de gestão de resíduos, devido a seu caráter “individual” ou “não coletivo” e, por isso, ele precisaria se integrar a uma cooperativa ou associação.

A estratégia seria direcionar ações para fortalecimento das cooperativas e associações de catadores, o que efetivamente aconteceu de maneira bastante visível. Porém, não se questiona aqui a necessidade do fortalecimento das cooperativas e associações na operação de galpões de triagem e sim a partir desse fortalecimento deslegitimar qualquer outra ação fora desse espaço. Associações e cooperativas não devem se limitar a galpões de triagem, essas organizações tem potencial de desenvolvimento sistêmico e é a partir do reconhecimento desse potencial que a disputa pelo lixo pode sofrer reviravoltas. Para assim reprojeter o modelo de serviço de coleta seletiva onde a luta pelo reconhecimento universal do trabalho dos catadores seja estratégia primordial e não a disputa pelo privilégio de acesso a materiais recicláveis. É necessária uma atuação estratégica para a reciclagem realizada pelos catadores de cooperativas e associações, a fim de não gerarem mais desigualdade, mais disputa e, conseqüentemente, mais exclusão.

⁸ Pesquisa do IPEA (2013) estima que 10% dos catadores brasileiros fazem parte de cooperativas ou associações.

3. Considerações finais

Pessoas vivendo em um mesmo território, na mesma cidade, percebem e vivenciam mundos ou realidades diferentes. Os desiguais, condicionados pela carência, pela falta de oportunidades de trabalho e de reconhecimento, elaboram modos de vida que lhes permitem sobreviver na cidade, em razão de forças econômicas e sociais. Por razões de sobrevivência, centenas de indivíduos tornam-se catadores e passam a definir-se por um estilo de vida citadino, que manifesta, objetivamente, o caráter heterogêneo dos ambientes urbanos. (FREITAS, 2009, p. 52).

A reciclagem é um setor econômico fortemente integrado à economia urbana nas sociedades atuais. São raros os municípios brasileiros que não possuem comercialização de recicláveis. Latas de alumínio desaparecem do chão em grandes eventos públicos devido a sua fácil conversão em recurso financeiro. Tais elementos se conectam à crise financeira e desemprego e então temos uma explosão de trabalhadores que catam recicláveis em meio ao lixo urbano para criarem condições à sua sobrevivência. Se o que se pretende é redução de materiais a serem encaminhados a aterros sanitários e reconhecimento pelos serviços ambientais e urbanos desses catadores independentemente do subsistema que se inserem, devemos desenvolver o trabalho.

Transformar a disputa pelos recicláveis, os conflitos por distinção e desenvolver a solidariedade e cooperação é transformar o antagonismo. Não é um desafio fácil, não será realizado de uma hora para outra, mas não podemos mais invisibilizar as pessoas e suas formas de produzirem na cidade. É a partir do trabalho e da cooperação entre os trabalhadores dos dois subsistemas dos catadores da economia urbana que teremos alternativas que condizem com garantia e efetividade dos direitos humanos seja na configuração de direitos sociais e principalmente o direito à cidade.

4. Referencias Bibliográficas

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; DIAS, Sonia Maria et al. Informação e trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados. In: KEMP, V. H & CRIVELLARI, H. M.T. (org.). Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

DECRETO nº 13.378/2008. Regula as atividades de coleta dos materiais recicláveis, realizadas pelos depósitos, associações e cooperativas de trabalho e a ação dos catadores no Município.

DIAS, S.M.; MATOS, M. Fórum Lixo & Cidadania – Inovação institucional na formulação de políticas públicas de resíduos sólidos. In: KEMP, V. H & CRIVELLARI, H. M.T. (org.). Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

DIAS, Sonia Maria. Fórum Municipal Lixo e Cidadania: plataforma de inclusão e participação social. Resumos de Políticas da WIEGO. Cambridge: WIEGO, 2011. Disponível em: <www.cidadesinclusivas.org>. Acesso em: 22/nov./2016.

_____. Construindo a cidadania: avanços e limites do Projeto de Coleta Seletiva em Parceria com a ASMARE. Dissertação (mestrado). Belo Horizonte: IGC/Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG, 2002.

_____. Gestão de resíduos sólidos, catadores, participação e cidadania – novas articulações? Research Report Series. Cambridge: WIEGO, 2010.

_____. Visão geral dos instrumentos legais para a inclusão de recicladores informais na gestão de resíduos sólidos no Brasil. Resumos de Políticas da WIEGO. Cambridge: WIEGO, 2011.

FREITAS, M.V.O. Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

GONÇALVES, Pólita. A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Rio de Janeiro: DP&A/Fase, 2003.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: . Acesso em: 3 ago. 2014

JACOBI, P.; TEIXEIRA, M.A. Criação do capital social: o caso Asmare. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996, p. 49-118.

PINHEL, J.R. (Org.) Do Lixo à Cidadania: guia para formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013. 239 p.

RUTKOWSKI, Jacqueline; LIMA, Francisco; OLIVEIRA, Fabiana. Aprimoramento da gestão de resíduos sólidos urbanos por meio de incentivo à reciclagem: uma metodologia para cidades mais sustentáveis. In: Anais III Conferência Internacional de Gestão de Resíduos Sólidos, GRAL 2013, IWWG – Internacional WasteWorkingGroup, ABES/SP, ABRELPE. São Paulo/SP, 2013b.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 1979.

SILVA, Marcelo Kunrath; MICHELOTTI, Fernando Canto. Conflitos por reconhecimento na modernidade periférica entre a igualdade e a distinção. Revista Política & Sociedade. Número 14- Outubro de 2009. P.447 – 474

SILVA, P.H.I. O que fazemos do que fazem de nós: trajetórias sociais e militância entre os catadores de materiais recicláveis no Brasil. Brasília. Tese de doutorado. 2015

SILVA, S. P.; GOES, F. L; ALVAREZ, A. R. Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. 2013.

SUPERINTENDENCIA DE LIMPEZA URBANA – SLU. PMGIRS-BH – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://pbh.gov.br/slu/acesso/pmgirs>> Acesso em: 27/nov./2016.

VIANA, M. A. C. et al. População de rua: quem é, como vive e como é vista. São Paulo: Hucitec, 1992.